

Freitas, Rogério Edivaldo

Working Paper

Pronaf: Observações sobre o programa e desafios futuros

Texto para Discussão, No. 3161

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Freitas, Rogério Edivaldo (2025) : Pronaf: Observações sobre o programa e desafios futuros, Texto para Discussão, No. 3161, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília,
<https://doi.org/10.38116/td3161-port>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/331453>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.



<https://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br/>

TEXTO PARA DISCUSSÃO

3161

**PRONAF: OBSERVAÇÕES SOBRE O
PROGRAMA E DESAFIOS FUTUROS**

ROGÉRIO EDIVALDO FREITAS



**PRONAF: OBSERVAÇÕES SOBRE O
PROGRAMA E DESAFIOS FUTUROS¹**

ROGÉRIO EDIVALDO FREITAS²

1. O autor agradece as correções sugeridas por dois pareceristas anônimos à versão original do trabalho, eximindo-os das falhas eventualmente remanescentes.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea).

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

ARISTIDES MONTEIRO NETO

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais,
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

PEDRO CARVALHO DE MIRANDA

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

LETÍCIA BARTHOLO DE OLIVEIRA E SILVA

Diretora de Estudos Internacionais

KEITI DA ROCHA GOMES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

**Coordenadora-Geral de Imprensa e
Comunicação Social**

GISELE AMARAL DE SOUZA

Ouvidoria: <https://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <https://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2025

Freitas, Rogério Edivaldo

Pronaf : observações sobre o programa e desafios futuros / Rogério Edivaldo Freitas. – Rio de Janeiro: Ipea, 2025.

31 p.: il., gráfs. – (Texto para Discussão ; n. 3161).

Inclui Bibliografia.

ISSN 1415-4765

1. Agropecuária. 2. Pronaf. 3. Brasil. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Título.

CDD 338.1098

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva CRB-7/6844.

Como citar:

FREITAS, Rogério Edivaldo. **Pronaf**: observações sobre o programa e desafios futuros. Rio de Janeiro: Ipea, set. 2025. 31 p.: il. (Texto para Discussão, n. 3161). DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3161-port>

JEL: Q10; Q18.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: <https://repositorio.ipea.gov.br/>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	6
2 CARACTERÍSTICAS DO PRONAF	7
3 METODOLOGIA.....	9
4 RESULTADOS	10
4.1 Análises institucionais.....	11
4.2 Avaliações quantitativas	14
4.3 Estudos de caso.....	17
4.4 Sugestões de melhorias e continuidades de análise	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS.....	24

SINOPSE

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi instituído pela Resolução nº 2.191/1995. Neste estudo, o objetivo foi realizar um esforço de revisão (não exaustivo) sobre o Pronaf, com ênfase na identificação de sugestões de melhorias e continuidades de análise. Para tal, foram aproveitados oitenta trabalhos publicados entre 2019 e 2023 com foco em avaliações do programa, entre teses, dissertações e artigos acadêmicos. Tais trabalhos podem ser categorizados em três grandes grupos: análises institucionais do programa, avaliações quantitativas e estudos de caso. Como linha mestra de proposição para melhoria do Pronaf está a premência de uma melhor articulação das frentes de crédito, apoio ao cooperativismo, melhor acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater), e iniciativas de treinamento e melhor educação para o agricultor.

Palavras-chave: agropecuária; Brasil; Pronaf.

ABSTRACT

The Small Farming National Support Program (Pronaf) was established by Resolution No. 2.191 in 1995. Here, the goal was to conduct a non-exhaustive review of the Program, focusing on potential improvements and further evaluations of the Program. Eighty published studies from 2019 and 2023 were selected, including theses, dissertations, and academic papers. These analyses encompass institutional evaluations, qualitative analyses, and case studies. The main finding is the crucial role of articulated financial support, cooperative initiatives, improved access to rural extension and technical assistance, and enhancements to the farmers' training and education.

Keywords: agriculture and cattle; Brazil; Pronaf.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi instituído pela Resolução nº 2.191/1995, destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família. Mas só em 1996 que o Decreto nº 1.946 criou o Pronaf¹ como programa de governo sob a supervisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

De acordo com o Decreto nº 3.991/2001, o Pronaf tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando à melhoria da qualidade de vida e ao exercício da cidadania dos agricultores familiares. O programa apoia as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares no estabelecimento ou aglomerado rural urbano próximo e disponibiliza linhas de crédito adequadas às necessidades dos agricultores familiares (Brasil, 2024).

Além disso, o programa foi somando recursos de fontes diversas ao longo de sua trajetória de consolidação (Sicor, 2025), o que reitera certo reconhecimento da iniciativa dado o crescimento de valores alocados a partir de suas inúmeras rubricas. Dadas essas informações, é alvissareira a realização de um estudo de revisão de literatura, ainda que não exaustivo, de avaliações do programa.

Isso posto, o objetivo deste trabalho é realizar um esforço de revisão (não exaustivo) sobre o Pronaf, com ênfase na identificação de sugestões de melhorias e continuidades de análise.

Além desta introdução, o trabalho encampa ainda quatro seções adicionais. A segunda seção apresenta características fundamentais do Pronaf, enquanto a terceira reporta a metodologia empregada. Já a quarta traz os resultados da implementação dos procedimentos descritos na seção anterior. Por fim, a última seção oferece as considerações finais do texto.

1. Pode-se dizer que o programa foi, em boa medida, produto do amadurecimento de um processo político de demandas sociais que já há algum tempo vinham pleiteando uma iniciativa regular de financiamento agropecuário dedicada aos produtores de menor escala.

TEXTO para DISCUSSÃO

2 CARACTERÍSTICAS DO PRONAF

O público-alvo do programa – o pequeno produtor ou produtor familiar – é responsável hoje por parcela importante da produção interna de alimentos e, portanto, peça-chave no abastecimento do consumo desses itens no país (IBGE, 2019 *apud* Castro, 2024, p. 76). Nessa tônica, encontram-se na tabela 1 os dados tanto de produção animal quanto de produção das lavouras permanentes e da horticultura.

TABELA 1

Brasil: valor da produção da agricultura familiar (AF) no valor da produção agropecuária total brasileira em 2017
(Em %)

Total	23
Animais – total	31,3
Animais – grande porte	33,7
Animais – médio porte	33,6
Animais – aves	22,9
Pequenos animais	19,7
Vegetal – total	18,7
Lavouras permanentes	34,7
Lavouras temporárias	14,4
Horticultura	62,2
Floricultura	19,5
Silvicultura	12,9
Extrativismo	75,1

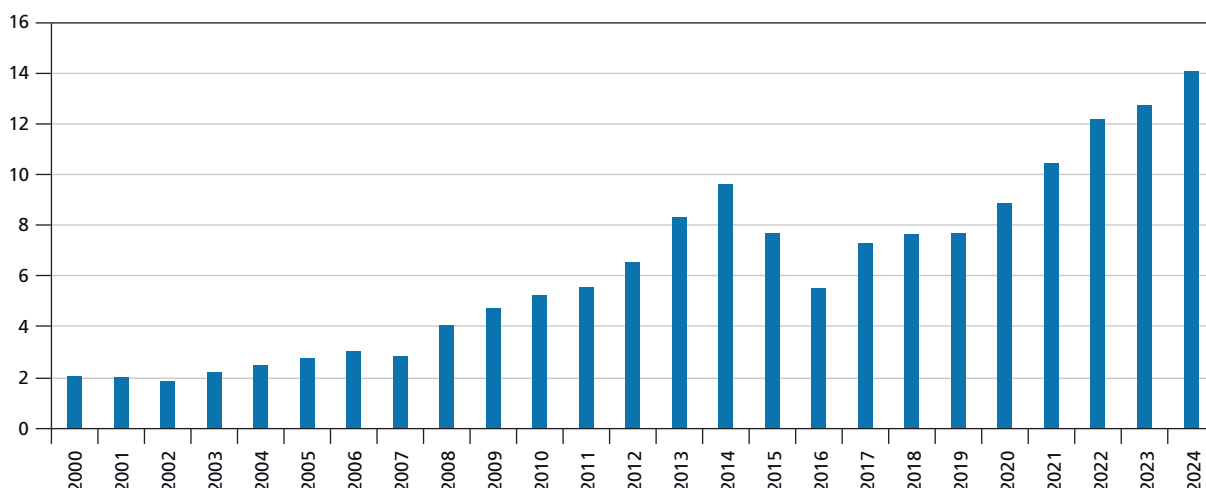
Fonte: Castro (2024).

Elaboração do autor.

Com seu início em 1996 e em vigor desde então, o programa passou por inúmeras transformações, destacando-se o aumento de valores alocados (em linha com o aumento de uso de fatores e de produção da agropecuária nacional), conforme se observa no gráfico 1. Além disso, houve a implementação de inúmeras linhas de financiamento internas específicas dependendo da finalidade e do subgrupo alvo de produtores contempláveis.

GRÁFICO 1**Evolução de dispêndios do Pronaf (2000-2024)**

(Em R\$ bilhões)



Fonte: Sicor (2025); e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE) – Ipeadata, disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?module=m&serid=1410807112&oper=view>.

Elaboração do autor.

Obs.: Os valores referem-se a dezembro de 2000, ajustados pelo IPCA/IBGE.

Pelo simples fato de já contabilizar quase trinta anos de atividades, o Pronaf é um dos programas de política pública mais longevos e mais analisados no país, resultado que por si próprio já é destacável em face das dificuldades institucionais muitas vezes verificadas para a continuidade de iniciativas dessa natureza.

Outro aspecto relevante do programa é o desenho de sua estrutura de distribuição de recursos. Segundo Bastos e Vieira Filho (2013), há o impacto da estrutura e das características do financiamento bancário regional sobre a distribuição geográfica dos recursos do programa. Além disso, existe clara diferenciação na disponibilidade de crédito subsidiado para a AF e sua demanda efetiva, consoante as distintas regiões e os recortes da AF.

Sob esse aspecto, conforme Santana, Santos e Freitas (2019) há também que se considerar a concessão de crédito para a agricultura em geral, aí incluída a AF – para a qual a ausência de garantias, o desconhecimento do processo de aquisição de empréstimos e o medo de endividamento são as principais causas para não adesão aos financiamentos.

TEXTO para DISCUSSÃO

Houve também diagnóstico do Pronaf nos estados do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), com base no Censo Agropecuário 2017, em que se realça a importância da criação animal para a AF na região, com indícios de maior especialização de Tocantins e Maranhão nessa atividade (Castro, Freitas e Nascimento, 2020). Além disso, ressalta-se que a pequena produção na região Norte trabalha com recursos do Pronaf, quase que como um braço avançado da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Já Ribeiro (2022) contemplou a análise de vinte anos dos recursos de financiamento do programa, com ênfase na sua distribuição regional e no diagnóstico das fontes de recursos correspondentes, observando-se o aumento participativo do FNO, do FNE e do FCO no total de recursos oferecidos. Nesse universo, para os empréstimos dos fundos constitucionais destinados ao financiamento do Pronaf 2006-2017 observaram-se, em avaliação preliminar, coincidências entre suas alocações territoriais e as mudanças nos padrões espaciais dos indicadores de emprego e produção da AF no mesmo período.

Por fim, Santos e Freitas (2017) compararam as estimativas de suporte ao produtor (que incluem o Pronaf), em que a posição brasileira é de ator relativamente menos ativo nas políticas em relação à produção agropecuária, com proporcionalmente menor aporte de recursos que na comparação com países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

3 METODOLOGIA

A metodologia compõe-se de revisão não exaustiva acerca do Pronaf. Tal revisão baseou-se em levantamento feito em 2024 e abarcou os cinco anos anteriores, ou seja, as publicações efetivadas entre 2019 e 2023. Em todos os casos usou-se o termo *Pronaf* como palavra-chave de identificação dos trabalhos de interesse.

No caso do período de tempo escolhido para o levantamento (2019-2023), optou-se por tal recorte de modo a contemplar estudos produzidos após a divulgação do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019), o último desse tipo produzido no país e divulgado completamente em 2019. Assim, buscou-se captar estudos posteriores à divulgação dos dados censitários mais recentes, e de publicação mais atualizada em termos de dados e informações produzidas.

Como fontes de investigação, foram consultados o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e também periódicos

especializados na questão da economia agrícola brasileira e do seu desenvolvimento rural. Nestes termos, os periódicos investigados foram: *Revista de Política Agrícola* (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa), *Revista de Economia e Sociologia Rural* (Sociedade Brasileira de Economia Rural), *Revista de Economia e Agronegócio* (Universidade Federal de Viçosa), *Revista de Economia Agrícola* (Instituto de Economia Agrícola), *Extensão Rural* (Universidade Federal de Santa Maria) e *Revista Econômica do Nordeste*.

A opção pelos trabalhos da *Revista de Política Agrícola* deveu-se ao fato de que se trata de um periódico publicado pela Embrapa e com grande longevidade na sua produção, que se estende de 1992 até o momento. Já a *Revista de Economia e Sociologia Rural* tem classificação A1 no Qualis da Capes, a nota mais alta nessa avaliação.²

Em relação à *Revista de Economia e Agronegócio*, ela está sediada na Universidade Federal de Viçosa (MG), reconhecida como um dos principais centros de pesquisa em ciências agrárias no país. Por fim, quanto aos casos da *Revista de Economia Agrícola* (desde 1951), *Extensão Rural* (desde 1993) e *Revista Econômica do Nordeste* (desde 1969), trata-se de periódicos históricos da área de economia agrícola no Brasil, cujas características enquadram-se nos objetivos deste estudo.

4 RESULTADOS

A partir dos procedimentos metodológicos descritos na seção anterior foram selecionados 95 trabalhos publicados entre 2019 e 2023 com foco em avaliações do Pronaf, entre teses, dissertações e artigos acadêmicos. Contudo, desse total somente oitenta de fato se enquadravam no foco de investigação deste estudo, e constituíram então o universo de informações aqui aproveitadas.

Em grandes linhas, os oitenta trabalhos citados podem ser categorizados em três grandes grupos: análises institucionais do programa, avaliações quantitativas e estudos de caso. As análises institucionais (subseção 4.1) compreendem trabalhos que identificaram e/ou analisaram as mudanças de escopo, volume e abrangência do programa desde a década de 1990 até o presente. Já as avaliações quantitativas (subseção 4.2) são compostas de estudos que averiguaram os volumes despendidos no Pronaf por meio de ferramentas estatísticas e/ou econométricas. E, por fim, os estudos de caso (subseção 4.3) observaram a incidência e os impactos do programa em nível de amostras

2. Disponível em: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>.

TEXTO para DISCUSSÃO

localizadas regionalmente ou por perfil de produtor beneficiado. Não obstante, em alguns casos os trabalhos pesquisados contemplavam duas das características mencionadas simultaneamente, situação em que poderão aparecer em duas das subseções a seguir. Por fim, a subseção 4.4 busca sumarizar sugestões para o aprimoramento do programa e/ou possíveis continuidades de pesquisa.

4.1 Análises institucionais

O quadro 1 apresenta os trabalhos que se dedicaram às análises institucionais do programa, detalhando seus temas. Cumpre registrar que alguns dos trabalhos selecionados tratavam das condições de funcionamento do Pronaf dentro de um âmbito de associação com outras políticas, como a assistência técnica e extensão rural (Ater), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Além disso, houve casos em que o trabalho em questão trafegava entre análise institucional e avaliação quantitativa, ou entre análise institucional e estudo de caso, ou ainda entre avaliação quantitativa e estudo de caso. Destarte, o mesmo estudo pode surgir apresentado em mais de uma categoria.

QUADRO 1

Análises institucionais envolvendo o Pronaf

Trabalho	Temática (Pronaf e temática adjacente)
Sousa (2019)	Pronaf e redução da pobreza
Brinker (2019)	Crédito na agricultura brasileira: Pronaf, Pronamp, municípios
Dornelas (2020)	Crédito rural no Brasil: análise histórica
Zamberlan e Cavalcanti (2019)	AF e relevância para o Brasil
Aguiar <i>et al.</i> (2019)	Seminário e políticas públicas
Arrais <i>et al.</i> (2022)	Gerenciamento de unidades da AF
Soares <i>et al.</i> (2022)	AF no Baixo Amazonas-PA e PAA
Bacelar e Favareto (2020)	AF e desenvolvimento regional no Nordeste
Belarmino e Silveira (2023)	AF em Mato Grosso do Sul e PNAE
Guanzioli (2019)	Responsabilidade do Pronaf
Silva, Castro e Pereira (2019)	Valor econômico da AF
Reginato, Cunha e Vasconcelos (2019)	Crédito rural e nível de atividade agropecuária
Schabarum e Triches (2019)	Aquisição de alimentos da AF no Paraná/alimentação escolar
Freitas, Ferreira e Freitas (2019)	Organizações da AF/Zona da Mata de Minas Gerais

(Continua)

(Continuação)

Trabalho	Temática (Pronaf e temática adjacente)
Elias <i>et al.</i> (2019)	AF de Santa Catarina/PNAE
Cruz (2020)	Processamento de alimentos pela AF
Carlos, Cunha e Pires (2019)	Mudanças climáticas e Nordeste
Guanziroli e Vinchon (2019)	AF no Rio de Janeiro
Assis, França e Coelho (2019)	Alimentação escolar e AF
Zeller e Schiesari (2020)	Pronaf: alocação desigual no Brasil
Nascimento, Aquino e Delgrossi (2022)	Tendências da AF no Brasil
Salgado, Souza e Ferreira (2022)	Compras institucionais de alimentos pelas universidades federais
Santana e Santos (2019)	Mitigação de riscos/agricultura no Nordeste
Costa <i>et al.</i> (2019)	Cooperativas e crédito rural
Xavier e Penha (2020)	Financiamento agropecuário

Elaboração do autor.

Obs.: Pronamp – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural.

Há considerações de ordem geral acerca do programa nos estudos visitados. Aqui se enquadram conclusões que são comuns a diversos trabalhos, independentemente de ser ele uma análise institucional, um estudo de caso ou uma avaliação quantitativa. Tais considerações versam sobre inúmeros temas: crédito rural no Brasil, relevância da AF para o país, responsabilidade do Pronaf, nível de atividade agropecuária, alimentação escolar, cooperativa e crédito rural, e financiamento agropecuário.

Em termos de crédito rural, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) teve uma clara estratégia de desenvolvimento agropecuário por parte do governo (Dornelas, 2020). Neste contexto, o crédito rural viveu importante crescimento de 1999 a 2014/2017 e contribuiu para a capitalização dos produtores; contudo, de certa forma houve um processo de concentração de recursos em grupos de produtores (Xavier e Penha, 2020).

Ademais, a oferta de crédito rural no país acomoda-se à demanda do setor agropecuário, pois este tornou-se um demandante de baixo risco na visão dos bancos (Reginato, Cunha e Vasconcelos, 2019).

Do ponto de vista operacional, cooperativas agropecuárias e de crédito são importantes agentes de política pública de crédito rural, sendo que o acesso ao crédito está concentrado nas cooperativas do Sul, em especial no Paraná (Costa *et al.*, 2019).

TEXTO para DISCUSSÃO

Ao mesmo tempo, em termos relativos constata-se a importância da lógica da produção agropecuária familiar na segurança alimentar e na geração de divisas (Zamberlan e Cavalcanti, 2019). Na mesma tônica, a AF conecta-se com outras importantes iniciativas de políticas públicas como o PNAE e o PAA.

No caso do PNAE, evidenciam-se dificuldades de execução do programa, como conhecimento e mobilização para a execução da política, elaboração das chamadas públicas, produção e entrega dos alimentos, organização da AF (Assis, França e Coelho, 2019). Nessa linha, são necessários maiores estímulos para produzir mais e de forma mais regular e para comercialização da produção e estímulo às associações e cooperativas (Soares *et al.*, 2022).

Esse é o cenário de entorno na execução do Pronaf, e pode-se dizer que o crédito rural *per se* não consegue atingir um objetivo tão ambicioso como a eliminação da pobreza. Tal problema tem caráter multidimensional e transcende a questão exclusiva de disponibilidade e acesso ao crédito (Guanziroli, 2019).

Já no recorte regional, há análises sobre o Pronaf e a redução da pobreza, o perfil do crédito para o pequeno/médio produtor na agricultura brasileira, políticas públicas para o Semiárido, desenvolvimento rural no Nordeste, valor econômico na AF, aquisição de produtos na AF, organizações da AF na Zona da Mata mineira, AF no Rio de Janeiro e mitigação de riscos na agricultura nordestina.

Uma primeira observação refere-se à grande heterogeneidade intrarregional na AF. Grupos de municípios economicamente mais vulneráveis estão sobretudo nas regiões relativamente desprovidas de recursos do programa. De certa maneira, isso reproduz as disparidades e a consequente pobreza rural (Silva, Castro e Pereira, 2019).

Em termos das unidades produtoras, há indícios de variáveis que afetam positivamente a geração de renda do estabelecimento, ou seja, acesso e uso de Ater, participação em cooperativas rurais, maior número de anos de escolaridade do produtor e maior extensão do estabelecimento (Guanziroli e Vinchon, 2019).

Já no âmbito da distribuição regional dos recursos (Pronaf e Pronamp), observa-se que os municípios do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste têm recebido maiores montantes (modalidade Investimento), ao passo que o Nordeste exibe maior número de operações e menor valor médio (modalidade Investimento) (Brinker, 2019).

Outros programas relevantes, com foco na mitigação de riscos na agricultura nordestina, são o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) e o Programa Garantia Safra. Contudo, alega-se que os três instrumentos não cobrem toda a área agrícola do Nordeste. Apesar da diversidade produtiva local, há concentração de recursos e de subvenções econômicas nos cultivos de maior valor bruto da produção (VBP) e de maior risco, exemplo de soja e milho (Santana e Santos, 2019).

Mesmo assim o Pronaf tem sido importante no combate à pobreza, sobretudo no Nordeste, o que poderia ser aprimorado por um tratamento diferenciado por região e ao Pronaf B³ (Sousa, 2019). No Semiárido nordestino em particular, um desafio posto é a incipiente articulação ou mesmo desarticulação das políticas públicas de desenvolvimento rural (Aguiar *et al.*, 2019).

Apesar disso, a região tem potencialidade estratégica, por conta de sua magnífica diversidade ambiental, socioeconômica e cultural, que poderia funcionar como base para reinventar políticas públicas de nova geração com vistas à AF e ao desenvolvimento rural (Bacelar e Favareto, 2020).

4.2 Avaliações quantitativas

O quadro 2 informa os estudos que se dedicaram às avaliações quantitativas⁴ do programa, reportando o tema de cada um.

3. O Pronaf B refere-se a financiamento a agricultores e produtores rurais familiares (pessoas físicas) que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 50 mil, nos doze meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão (DAP) ao Pronaf. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-microcredito-grupo-b>.

4. Os estudos aqui incluídos foram em boa parte compostos por análises econométricas, com presença marcante de avaliações sobre a distribuição geográfica do crédito ou buscando medir o seu impacto sobre a vida e a produção dos agricultores de menor escala ao longo do tempo.

TEXTO para DISCUSSÃO

QUADRO 2

Avaliações quantitativas envolvendo o Pronaf

Trabalho	Temática (Pronaf e temática adjacente)
Dias, Silva e Costa (2023)	Efeitos do Pronaf sobre a AF no Nordeste
Audibert (2019)	Impacto do Pronaf crédito
Oliveira, D. (2019)	Pronaf no Sudeste
Rodrigues, Geizibel (2019)	Pronaf e desenvolvimento rural no Nordeste
Moreno, Schlindwein e Camargo (2022)	Indicadores socioeconômicos do Pronaf
Aquino, Alves e Vidal (2020)	AF no Nordeste
Fossá, Matte e Mattei (2022)	Pronaf crédito
Freitas, Corcioli e Cruz (2022)	Agroindústria
Rocha Junior <i>et al.</i> (2019)	Ater
Souza <i>et al.</i> (2019)	Variações regionais e tecnológicas na AF
Guedes, Almeida e Siqueira (2021)	Microcrédito rural no Nordeste/Agroamigo
Silva e Nunes (2023)	Cooperativas e crédito rural
Tenchini e Freitas (2024)	Pronaf no Rio de Janeiro
Cruz <i>et al.</i> (2020)	Ater e crédito
Nascimento, Aquino e Delgrossi (2022)	Tendências da AF
Balbino, Ribeiro e Shiki (2023)	Vale do Jequitinhonha
Monteiro e Lemos (2019)	Desigualdade de distribuição do Pronaf
Carrara, Carvalho e Sbarai (2020)	Pronaf investimento e custeio
Costa <i>et al.</i> (2019)	Cooperativas e crédito rural
Silva e Ciríaco (2023)	Agroamigo em Minas Gerais
Jesus <i>et al.</i> (2023)	Agroamigo na Bahia

Elaboração do autor.

Aqui, no âmbito de uma visão geral as avaliações versaram sobre temas variados, como impactos do Pronaf crédito, agroindústria da AF no Brasil, variáveis tecnológicas e regionais da AF, importância das cooperativas, interconexão AF/Ater/crédito, desigualdade de distribuição do Pronaf, Pronaf Investimento e Custeio, e cooperativas e crédito rural.

Ao lado da AF que comercializa parte da produção há uma parcela crescente dela que se dedica a atividades produtivas para o consumo próprio. Com base neste dado, são necessárias políticas públicas de inclusão produtiva e de desenvolvimento rural (Nascimento, Aquino e Delgrossi, 2022).

Ao mesmo tempo, há grandes diferenças regionais quanto ao uso de tecnologia na AF, com maiores índices de uso no Sul e em São Paulo, médios no Centro-Oeste (exceção ao Distrito Federal) e baixos ou muito baixos no Norte/Nordeste (Souza *et al.*, 2019).

Especificamente quanto ao Pronaf Agroindústria, observa-se estabilidade de participação de estabelecimentos AF com agroindústria rural entre os censos 2006 e 2017, na casa dos 17%. Neste contexto, 82% dos estabelecimentos com agroindústrias familiares não receberam Ater, e 90% dos recursos contratados no Pronaf Agroindústria foram no Sul do país. De modo geral, é preciso buscar alternativas para aprimorar a política pública com vistas a acessar melhor as regiões menos favorecidas do país (Freitas, Corcioli e Cruz, 2022).

Outro ponto significativo é a baixa participação de associação em cooperativa entre produtores brasileiros. A participação dos estabelecimentos AF é ainda menor no Norte/Nordeste e entre produtores de menor escala, sendo fatores intervenientes nesse processo o tamanho da propriedade, a faixa de renda e a escolaridade.

De modo geral, as cooperativas produzem impacto positivo na comercialização da produção, no crescimento de renda do estabelecimento e no acesso à Ater (Silva e Nunes, 2023). Ademais, as cooperativas agropecuárias e de crédito são importantes agentes de política pública de crédito rural, ainda que o acesso ao crédito esteja concentrado nas cooperativas do Sul (Paraná) (Costa *et al.*, 2019).

Em nível de impactos do Pronaf, detectou-se impacto positivo em produtividade e renda dos estabelecimentos para dados do Censo 2006, variável por Unidade da Federação (UF), mas impacto negativo para o meio ambiente, associado ao uso de agrotóxicos, sendo que o efeito do crédito foi menor no Norte e no Nordeste (Audibert, 2019).

Como corolário importante, ressalta-se a desigualdade de distribuição de recursos do programa – dados do Banco Central do Brasil (BCB) do período 1999-2014: os aportes se concentram nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, enquanto Norte e Nordeste exibem os menores valores médios de contratos (Monteiro e Lemos, 2019).

Já as avaliações com enfoque regional dedicaram-se a recortes como Pronaf e desenvolvimento rural no Nordeste, microcrédito rural no Nordeste (Agroamigo), Pronaf no Rio de Janeiro e oferta do Agroamigo em Minas Gerais e na Bahia.

TEXTO para DISCUSSÃO

Como achado geral, o crédito Pronaf gera impacto positivo na renda, produtividade e emprego dos estabelecimentos, bem como impacto negativo em índices de desigualdade regional sustentável rural (Tenchini e Freitas, 2024).

Quanto ao Agroamigo rural no Nordeste (dados de 2003-2015), os respectivos empréstimos produzem efeito positivo sobre a produção pecuária, potencializado para municípios com sete ou mais anos de exposição ao programa. Entretanto, para a agricultura não se encontraram efeitos estatisticamente significativos (Guedes, Almeida e Siqueira, 2021).

No caso específico de Minas Gerais, o microcrédito rural do Pronaf B (agricultores de menor renda) tem efeito positivo em territórios rurais de baixa dinamicidade econômica, representando importante injeção monetária para aqueles municípios (Silva e Ciríaco, 2023). Já para o caso baiano, o Agroamigo mostrou crescimento contínuo de 2005 a 2022 e a maior parte das operações concentra-se no Semiárido e na pecuária (Jesus *et al.*, 2023).

Outro achado alvissareiro do programa diz respeito aos efeitos do Pronaf sobre a produção das lavouras temporárias no Nordeste: efeitos positivos do crédito sobre o VBP, ainda que o número de agricultores não tenha sido afetado. Aqui, os polos de irrigação exibiram resultados melhores ante os demais grupos (Dias, Silva e Costa, 2023).

Como regra geral, para o binômio Pronaf-desenvolvimento rural no Nordeste, identificaram-se aglomerações de municípios com Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) baixo-baixo, o que mostra que as relações de vizinhança se retroalimentam (Rodrigues, Geizibel, 2019). Além disso, há espaço ainda para as políticas de desenvolvimento regional naquela região e as condições de entorno vão além da capacidade de interferência exclusiva do Pronaf.

4.3 Estudos de caso

Por fim, o quadro 3 reporta os trabalhos que se dedicaram aos estudos de caso do programa, apresentando também seus temas. Muitas vezes os estudos de caso geram informações que podem subsidiar melhorias institucionais.

QUADRO 3**Estudos de caso envolvendo o Pronaf**

Trabalho	Temática (Pronaf e temática adjacente)
Oliveira, M. (2019)	Desenvolvimento rural e AF
Gonçalves, Gama e Medina (2020)	AF no Rio de Janeiro e no Espírito Santo
Serafim Junior <i>et al.</i> (2019)	AF na costa oeste do Paraná
Ventura, Garcia e Andrade (2019)	Semiárido e mudanças climáticas
Besen <i>et al.</i> (2021)	Agroindústria no oeste do Paraná
Fossá (2022)	Pronaf em Santa Catarina
Aquino e Nascimento (2020)	Famílias rurais no Nordeste e Grande Seca (2012 e 2015)
Silva e Silva (2019)	Grupo B do Pronaf/Agroamigo
Soares <i>et al.</i> (2022)	AF do Baixo Amazonas-PA e PAA
Bacelar e Favareto (2020)	Desenvolvimento rural no Nordeste
Belarmino e Silveira (2023)	PNAE e AF em Mato Grosso do Sul
Mello, Deponti e Fontoura (2023)	AF nos feirantes do Rio Grande do Sul
Morello, Heck e Guimarães (2020)	Mecanização sustentável no noroeste de Mato Grosso
Rodrigues, Gabriel (2019)	Pronaf na Zona da Mata em Minas Gerais
Schabarum e Triches (2019)	Aquisição de produtos AF para alimentação escolar no Paraná
Elias <i>et al.</i> (2019)	PNAE e AF em Santa Catarina
Moraes e Silva Pires (2019)	AF no Ceasa de Recife
Marin (2020)	Pronaf Jovem
Silva <i>et al.</i> (2019)	Agropecuária no Nordeste e heterogeneidade tecnológica
Carlos, Cunha e Pires (2019)	Mudanças climáticas no Nordeste
Guanziroli e Vinchon (2019)	AF no Rio de Janeiro
Guedes, Almeida e Siqueira (2021)	Microcrédito rural no Nordeste/Agroamigo
Tenchini e Freitas (2024)	Pronaf no Rio de Janeiro
Troian <i>et al.</i> (2020)	PNAE e AF no Rio Grande do Sul
Verano, Figueiredo e Medina (2021)	AF nas feiras municipais de Goiás
Feitosa <i>et al.</i> (2022)	AF e energias renováveis no Rio Grande do Norte
Krüger <i>et al.</i> (2023)	Sucessão familiar no Rio Grande do Sul
Balbino, Ribeiro e Shiki (2023)	AF no Vale do Jequitinhonha
Salgado, Souza e Ferreira (2022)	PAA e universidades federais
Santana e Santos (2019)	Mitigação e riscos na agricultura do Nordeste
Camara <i>et al.</i> (2020)	Pronaf Mais Alimentos
Lemos e Santiago (2020)	Instabilidade da AF no Semiárido
Silva e Ciríaco (2023)	Agroamigo em Minas Gerais
Jesus <i>et al.</i> (2023)	Agroamigo na Bahia

Elaboração do autor.

TEXTO para DISCUSSÃO

No recorte regional, foram encontradas análises cobrindo inúmeros espaços geográficos do país, em praticamente todas as grandes regiões brasileiras, mas com certa prevalência de observações acerca das regiões Nordeste e Sul, que concentram parte substantiva de nossos agricultores familiares.

Na Zona da Mata mineira, por exemplo, o programa teve efeito positivo sobre o produto mesorregional, sendo o grau do efeito em cada município função de questões institucionais, históricas e econômicas (Rodrigues, Gabriel, 2019).

Em Minas Gerais, o Agroamigo é um programa de microcrédito rural do Pronaf B (agricultores de menor renda), de efeito positivo em territórios rurais de baixa dinâmica econômica, gerando importante injeção monetária para esses municípios (Silva e Ciríaco, 2023).

Ao mesmo tempo, no oeste do Paraná o Pronaf não demonstrou interferir fortemente para ampliar as alternativas de financiamento (Oliveira, M., 2019). Já no caso de Santa Catarina, com base em 55 entrevistas semiestruturadas, observou-se que o acesso ao programa resulta em aumento expressivo na renda familiar e acesso a bens e serviços. Há também iniciativas em curso do programa voltadas aos cuidados com a preservação do meio ambiente (Fossá, 2022).

De regra, vale ser ressaltada a potencialidade estratégica do Nordeste em termos de sua AF, com ampla diversidade ambiental, socioeconômica e cultural, que pode servir de base para reinventar políticas públicas de nova geração com vistas à AF e ao desenvolvimento rural (Bacelar e Favareto, 2020).

Ainda no âmbito do Agroamigo, para os beneficiários do Pronaf do grupo B no Nordeste, foram identificados os seguintes problemas nas operações de crédito: burocracia no acesso ao crédito, documentos requeridos, ineficiência da Ater e atividades incompatíveis com o clima local – bovinocultura, por exemplo (Silva e Silva, 2019).

No que se refere à mitigação de riscos na agropecuária nordestina, há três programas principais: o Proagro, o PSR e o Programa Garantia Safra. Os três instrumentos não cobrem toda a área agrícola do Nordeste. Ademais, apesar da densidade produtiva local, há concentração de recursos e de subvenções econômicas nos cultivos de maior VBP e de maior risco, exemplo de soja e milho (Santana e Santos, 2019).

Em termos do Pronaf Jovem, no Rio Grande do Sul, jovens rurais não conseguiram acesso ao crédito rural. Esses jovens raramente se encaminham pelos projetos de

sucessão hereditária na AF (Marin, 2020). Já no caso do Pronaf Mais Alimentos no mesmo estado, o programa tem permitido o aumento de produtividade (cultivos e pecuária) e também a aquisição de equipamentos agrícolas, com incentivo indireto para os filhos continuarem no estabelecimento. Igualmente, os recursos contribuem para o desenvolvimento da economia regional, uma vez que os recursos tendem a circular no comércio local (Camara *et al.*, 2020).

Por fim, muitos trabalhos discutem também os entraves de efetividade e de alcance do Pronaf por conta de limitações estruturais do segmento de produtores familiares,⁵ como baixa adesão ao cooperativismo em muitas regiões (sobretudo no Norte e Nordeste), o uso restrito de Ater (com repercussões na produtividade do estabelecimento) e a baixa interligação do programa com outras políticas que contemplam ou buscam integrar os produtores de menor escala, como o PAA e o PNAE.

4.4 Sugestões de melhorias e continuidades de análise

Destarte, com base nas avaliações feitas em nível geral (macro) e em nível regional, podem ser sumarizados alguns diagnósticos e sugestões para o aprimoramento do programa, conforme descrito a seguir.

1) A partir das análises institucionais:

- a) dar tratamento diferenciado por região e ao Pronaf B (Sousa, 2019);
- b) é preciso investir em uma melhor estrutura organizacional dos produtores. Políticas ou instrumentos de incentivo às práticas cooperativistas/associativistas são bem-vindos (Belarmino e Silveira, 2023);
- c) percepção, conhecimento e condições socioeconômicas dos produtores são importantes na formulação de políticas públicas de combate aos efeitos das mudanças climáticas (Carlos, Cunha e Pires, 2019). Assim, políticas de incremento à educação rural são requeridas;
- d) são necessárias políticas públicas de inclusão produtiva e de desenvolvimento rural, sobretudo no Semiárido nordestino (Nascimento, Aquino e Delgrossi, 2022);

5. Citam-se os trabalhos de Soares *et al.* (2022), Belarmino e Silveira (2023), Verano, Figueiredo e Medina (2021), Gonçalves, Gama e Medina (2020), Guanziroli e Vinchon (2019), Balbino, Ribeiro e Shiki (2023), Serafim Junior *et al.* (2019), Schabarum e Triches (2019), Elias *et al.* (2019) e Troian *et al.* (2020).

TEXTO para DISCUSSÃO

- e) cooperativas agropecuárias e de crédito são importantes agentes de política pública de crédito rural, sendo que o acesso ao crédito está concentrado nas cooperativas do Sul (em especial no Paraná) (Costa *et al.*, 2019);
 - f) apesar do incentivo à agroindustrialização dos alimentos, eles são processados em geral à margem do setor formal (regulamentações sanitárias rigorosas), dada a informalidade do setor (Cruz, 2020). São necessários instrumentos para formalizar a produção dos agricultores de menor escala;
 - g) o incremento no uso de tecnologias de gerenciamento de negócio pode contribuir para o sucesso do negócio/estabelecimento rural (Arrais *et al.*, 2022); e
 - h) o Pronaf não estaria alcançando os agricultores e os municípios mais vulneráveis. O maior acesso ao crédito é função de uma lista de condicionantes, quais sejam: progresso na infraestrutura e nos instrumentos para redução de riscos, melhoria organizacional dos agricultores, melhor acesso à agroindústria e ao mercado, aperfeiçoamento no acesso à Ater e melhoria da Ater (Zeller e Schiesari, 2020).
- 2) Com base nas avaliações quantitativas:
- a) os municípios maiores contratantes são os de operação avícola, milho e soja. Municípios com maior número de contratos têm em regra maior grau de diversificação produtiva, e o perfil de acesso ao programa fortaleceu-se no segmento AF nos municípios que se dedicam sobretudo à produção de *commodities* agropecuárias (Fossá, Matte e Mattei, 2022). Há certa concentração de recursos;
 - b) os contratos do Pronaf se concentram nas regiões mais desenvolvidas do Brasil. Norte e Nordeste exibem os menores valores médios de contratos (Monteiro e Lemos, 2019);
 - c) o maior desenvolvimento das propriedades é função do aumento do nível de escolaridade dos responsáveis, de incentivos à participação do produtor familiar em associações/cooperativas, da valorização da mão de obra feminina, do incremento de apoio governamental às políticas públicas de Ater (Moreno, Schlindwein e Camargo, 2022);

- d) a maioria dos estabelecimentos rurais familiares enfrenta ainda múltiplas carências: acesso precário à terra, à educação formal, à Ater, a tecnologias de melhor desempenho, o que cria espaço para políticas públicas de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento rural (Aquino, Alves e Vidal, 2020);
 - e) o perfil socioeconômico, as características produtivas e a localização da AF afetam a probabilidade de uso da Ater. Elevam a probabilidade de uso da Ater: pertencer à região Sul, comercializar com empresas/cooperativas e possuir empregados temporários (Rocha Junior *et al.*, 2019). De outra parte, a baixa participação da AF em cooperativas é função do tamanho da propriedade, da faixa de renda e da escolaridade. Neste contexto, são bem-vindas políticas de estímulo às associações/cooperativas, com vistas à inclusão produtiva; e
 - f) as cooperativas agropecuárias e de crédito são importantes agentes de política pública de crédito rural (Costa *et al.*, 2019).
- 3) A partir dos estudos de caso:
- a) afetam positivamente a geração de renda do estabelecimento: acesso e uso de Ater, participação em cooperativas rurais, maior número de anos de escolaridade do produtor, maior extensão do estabelecimento (Guanziroli e Vinchon, 2019);
 - b) no Agroamigo do grupo B do Pronaf no Nordeste são questões relevantes a burocracia no acesso ao crédito, a ineficiência da Ater e as atividades incompatíveis com o clima local – bovinocultura, por exemplo (Silva e Silva, 2019);
 - c) é preciso incentivar a organização administrativa da AF (Gonçalves, Gama e Medina, 2020); e
 - d) a melhor articulação do Pronaf com outras políticas adjacentes como o PAA e o PNAE exige maior organização por parte dos produtores familiares e das instituições correlatas como as instituições de ensino e organizações do terceiro setor.

A partir dos diagnósticos sumarizados nos números 1, 2 e 3, algumas sugestões de continuidade de análises podem ser apresentadas. Em primeiro lugar, investigações voltadas a radiografar condições para uma melhor inserção dos produtores em

TEXTO para DISCUSSÃO

cooperativas/associações e instrumentos para melhor inserção das cooperativas/associações nas chamadas públicas do PAA.

Nessa linha, conquanto nenhum dos textos visitados tenha sido completo em termos de apontamentos para melhorias do programa, de modo geral, pode-se argumentar que o acesso ao crédito pode ser potencializado pela filiação a cooperativas/associações de produtores, pelo incremento no acesso e uso de Ater, e pelo incremento de escolaridade/educação dos beneficiários. Tais componentes podem inclusive estimular o emprego de novas tecnologias por parte desse grupo de produtores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pronaf é uma das políticas de apoio à produção agropecuária de maior longevidade e tempo de análises entre aquelas postas a campo nas últimas três décadas. Com foco no produtor de menor escala, o programa teve seu escopo diversificado por meio de linhas diferenciadas que foram gestadas ao longo do tempo.

Neste trabalho o objetivo foi empreender um esforço revisional não exaustivo sobre o Pronaf, com vistas a identificar sugestões de melhorias e continuidades de análise do programa. Isso resultou na seleção de oitenta trabalhos publicados entre 2019 e 2023, com foco em avaliações do programa.

Como linha mestra de proposição para melhoria do Pronaf está a premência de uma melhor articulação das frentes de crédito, assistência técnica e apoio ao cooperativismo no entorno das iniciativas de crédito específico ao pequeno agricultor e/ou pecuarista.

Outro ponto demarcado são os ganhos potenciais da oferta de melhor escolaridade ao produtor de menor escala. Ao mesmo tempo, reconhece-se que a demanda por crédito do Pronaf não é uniforme nos diferentes espaços geográficos do país, nem em nível de volume de recursos, nem em termos de tipos de linhas de financiamento disponíveis. Essa heterogeneidade não é somente inter-regional, mas também intrar-regional, contexto ainda mais desafiador para os resultados globais do programa.

Investir na melhoria de escolaridade e educação do agropecuarista aqui avaliado também teria impacto positivo no próprio acesso e uso dos recursos, bem como melhor capacidade de beneficiar-se das práticas cooperativistas e dos serviços de Ater.

Como apontado em determinados trabalhos, reconhece-se que o programa tende a acompanhar a concentração dos recursos em certas regiões e tipos de produtos ou atividades, dado o fato de que se insere em uma dinâmica contextual que o transpõe e oferece limites a ele, de igual forma. Nestes termos, há autores que chegam a propor tratamento diferenciado por região e ao Pronaf B.

Igualmente há um leque de elementos adjuvantes que devem ser considerados (e que circundam) para o crédito à produção do pequeno produtor rural, tais como o papel das cooperativas e associações, o melhor acesso aos serviços de Ater e iniciativas de treinamento e incremento da educação do agricultor. Continuidades deste estudo podem se aprofundar nessas frentes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. C. *et al.* As políticas públicas no Semiárido brasileiro: uma revisão de literatura. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 50, n. 2, p. 9-22, abr./jun., 2019.

AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 31-54, ago. 2020.

AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. A grande seca e as fontes de ocupação e renda das famílias rurais no Nordeste do Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, n. 2, p. 81-97, abr./jun., 2020.

ARRAIS, S. C. S. *et al.* Gerenciamento de unidades produtoras familiares e estratégias adotadas para potencialização da renda do campo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 53, n. 3, p. 8-20, jul./set., 2022.

ASSIS, T. R. P.; FRANÇA, A. G. M.; COELHO, A. M. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 577-593, 2019.

AUDIBERT, P. F. **Impactos do Pronaf Crédito**: uma avaliação para os estabelecimentos agropecuários familiares no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2019.

BACELAR, T.; FAVARETO, A. O papel da agricultura familiar para um novo desenvolvimento regional no Nordeste – uma homenagem a Celso Furtado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 9-29, ago. 2020.

TEXTO para DISCUSSÃO

BALBINO, T. F.; RIBEIRO, E. M.; SHIKI, S. F. N. A dinâmica da agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha mineiro e aspectos contemporâneos: uma análise a partir dos censos agropecuários de 2006 e 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 4, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.258921>.

BASTOS, P. R. M.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Análise das implicações do financiamento bancário regional sobre o Pronaf. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 8, 2013.

BELARMINO, O. M.; SILVEIRA, G. S. A relevância do PNAE na agricultura familiar da região sul fronteira – MS. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 30, p. 1-25, 2023.

BESEN, F. G. *et al.* Agricultura familiar e reprodução social: caracterização socioeconômica de um grupo de agroindústrias familiares rurais do oeste do Paraná. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 52, n. 1, p. 163-183, jan./mar., 2021.

BRASIL. **Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>.

BRINKER, I. **O crédito na agricultura brasileira no período 2013-2018**: um estudo do Pronaf, do Pronamp e das demais linhas de crédito rural, com ênfase no investimento. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

CAMARA, S. R. *et al.* Contribuições do Pronaf Mais Alimentos. **Revista de Política Agrícola**, ano XXIX, n. 1, jan./fev./mar. 2020.

CARLOS, S. M.; CUNHA, D. A.; PIRES, M. V. Conhecimento sobre mudanças climáticas implica em adaptação? Análise de agricultores do Nordeste brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 3, p. 455-471, 2019.

CARRARA, A. F.; CARVALHO, L. V.; SBARAI, N. O impacto do Pronaf para investimento e custeio na demanda agregada da economia. **Revista de Política Agrícola**, ano XXIX, n. 2, abr./maio/jun. 2020.

CASTRO, C. N. **Agricultura familiar no Brasil, na América Latina e no Caribe**: institucionalidade, características e desafios. Brasília: Ipea, 2024.

CASTRO, C. N.; FREITAS, R. E.; NASCIMENTO, C. P. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Matopiba. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 23, 2020. (Edição Especial – Agricultura 2020).

COSTA, D. R. M. *et al.* Cooperativas na política agrícola de crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, ano XXVIII, n. 3, jul./ago./set. 2019.

CRUZ, F. T. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, 2020.

CRUZ, N. B. *et al.* Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.226850>.

DIAS, T. K. M.; SILVA, V. H. M. C.; COSTA, E. M. Crédito rural e produção das lavouras temporárias nos distintos cenários do Nordeste brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.247380>.

DORNELAS, L. N. D. Evolução da política de crédito rural no Brasil: uma análise histórica. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 27, n. 2, abr./jun. 2020.

ELIAS, L. P. *et al.* Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, p. 215-233, 2019.

FEITOSA, E. R. M. *et al.* Nexus: agricultura familiar, energias renováveis e construção de mercados nos territórios rurais do Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.238969>.

FOSSÁ, J. L. Alterações na agricultura familiar de Santa Catarina a partir do Pronaf. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 53, n. 1, p. 168-185, jan./mar., 2022.

FOSSÁ, J. L.; MATTE, A.; MATTEI, L. F. A trajetória do Pronaf: análise das operações de crédito nos municípios brasileiros entre 2013 e 2020. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 29, n. 1, p. 1-27, jan./mar. 2022.

FREITAS, A. F.; FERREIRA, M. A. M.; FREITAS, A. F. A trajetória das organizações de agricultores familiares e a implementação de políticas públicas: um estudo de dois casos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 1, jan./mar. 2019.

FREITAS, A. M. P.; CORCIOLI, G.; CRUZ, F. T. Retrato das agroindústrias e dos programas governamentais de apoio à agroindústria familiar no Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 20, n. 2, 2022.

FREITAS, R. E. Observações acerca da agricultura familiar. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 30, p.125-134, 2023.

TEXTO para DISCUSSÃO

GONÇALVES, E. C. B. A.; GAMA, A. C.; MEDINA, T. S. Produtos da agricultura familiar (AF) nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo: aplicação da verba do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 27, n. 2, abr./jun. 2020.

GUANZIROLI, C. E. Fronteiras de responsabilidade do Pronaf: lógica de intervenção, avaliações e sugestões de política. **Revista de Economia e Agronegócio**, v.17, n.1, 2019.

GUANZIROLI, C. E.; VINCHON, K. Agricultura familiar nas regiões serrana, norte e noroeste fluminense: determinantes do processo de geração de renda. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 3, p. 353-367, 2019.

GUEDES, I. A.; ALMEIDA, A. T. C.; SIQUEIRA, L. B. O. Efeitos do microcrédito rural sobre a produção agropecuária na região Nordeste: evidências do Programa Agroamigo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n.1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.210774>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JESUS, C. M. *et al.* O Programa Agroamigo na Bahia (2005-2022): resultados gerais e desempenho no semiárido e demais regiões do estado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 54, suplemento especial, p. 233-250, jul. 2023.

KRÜGER, C. *et al.* Evidências da contabilidade e capacidades de absorção no processo de sucessão familiar e continuidade da atividade rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 3, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.263003>.

LEMOS, J. J. S.; SANTIAGO, D. F. Instabilidade da agricultura familiar no Semiárido. **Revista de Política Agrícola**, ano XXIX, n. 1, jan./fev./mar. 2020.

MARIN, J. O. B. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, 2020.

MELLO, L. L.; DEPONTI, C. M.; FONTOURA, F. B. Fatores determinantes da tomada de decisão dos agricultores familiares feirantes da Assafe-RS. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 30, p. 1-22, 2023.

MONTEIRO, A. P.; LEMOS, J. J. S. Desigualdades na distribuição dos recursos do Pronaf entre as regiões brasileiras. **Revista de Política Agrícola**, ano XXVIII, n. 1, jan./fev./mar. 2019.

MORAES, J. G.; SILVA PIRES, M. L. L. Agricultura familiar e mercados atacadistas: dinâmicas sociais da Central de Comercialização da Agricultura Familiar (Cecaf/Ceasa) em Recife – Pernambuco. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, p. 309-325, 2019.

MORELLO, T.; HECK, C.; GUIMARÃES, L. Mecanização sustentável da agricultura familiar: o caso do noroeste mato-grossense. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 18, n. 3, 2020.

MORENO, M. H. B.; SCHLINDWEIN, M. M.; CAMARGO, G. M. Indicadores socioeconômicos na agricultura familiar: uma avaliação da aplicação do Pronaf. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 53, n. 3, p. 186-205, jul./set. 2022.

NASCIMENTO, C. A.; AQUINO, J. R.; DELGROSSI, M. E. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.240128>.

OLIVEIRA, D. V. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**: uma avaliação de impacto na renda dos agricultores da região Sudeste. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

OLIVEIRA, M. R. **Desenvolvimento rural e agricultura familiar**: um estudo na região oeste do Paraná. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

REGINATO, V. G.; CUNHA, M. S.; VASCONCELOS, M. R. Crédito rural e nível de atividade da agropecuária brasileira: uma análise de causalidade em painel. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 17, n. 3, 2019.

RIBEIRO, M. B. Uma avaliação da distribuição espacial dos empréstimos dos fundos constitucionais destinados ao financiamento do Pronaf nos municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 28, 2022.

ROCHA JUNIOR, A. B. *et al.* Análise dos determinantes da utilização de assistência técnica por agricultores familiares do Brasil em 2014. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, p. 181-197, 2019.

RODRIGUES, Gabriel M. O Pronaf na Zona da Mata mineira: efeitos nos PIBs total e setorial dos municípios. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 1, jan./mar. 2019.

RODRIGUES, Geizibel L. **Interação espacial entre os investimentos no Pronaf e o Índice de Desenvolvimento Rural nos municípios do Nordeste**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

SALGADO, R. J. S. F.; SOUZA, W. J.; FERREIRA, M. A. M. Compra institucional de produtos da agricultura familiar: avaliando a execução do Programa de Aquisição de Alimentos pelas universidades federais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.248030>.

SANTANA, A. S.; SANTOS, G. R. Avaliação das políticas de mitigação de riscos da agricultura nordestina. **Revista de Política Agrícola**, ano XXVIII, n. 1, jan./fev./mar. 2019.

SANTANA, A. S.; SANTOS, G. R.; FREITAS, R. E. Acesso ao crédito agrícola no Brasil: dados preliminares do Censo Agropecuário 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 20, 2019.

SANTOS, G. R.; FREITAS, R. E. Gasto público com a agricultura familiar no Brasil: uma abordagem a partir de dados agregados. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 17, 2017.

SCHABARUM, J. C.; TRICHES, R. M. Aquisição de produtos da agricultura familiar em municípios paranaenses: análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n.1, jan./mar. 2019.

SERAFIM JUNIOR, V. *et al.* Agricultura familiar: determinantes de renda de unidades familiares em municípios da costa oeste paranaense. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 50, n. 1, p. 101-118, jan./mar. 2019.

SICOR – SISTEMA DE OPERAÇÕES DO CRÉDITO RURAL E DO PROAGRO. **Dispêndios do Pronaf**. Brasília: BCB, 2025.

SILVA, A. F.; SILVA, C. N. M. A atuação do Agroamigo junto aos agricultores familiares do grupo B do Pronaf na área de abrangência do Banco do Nordeste – agência de Pau dos Ferros (RN). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 50, n. 3, p. 125-142, jul./set. 2019.

SILVA, F. P. *et al.* Eficiência técnica e heterogeneidade tecnológica na agropecuária das regiões semiárida e não semiárida do Nordeste brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 3, p. 379-395, 2019.

SILVA, R. M. A.; NUNES, E. M. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661>.

SILVA, R. P.; CASTRO, N. R.; PEREIRA, F. O. Geração de valor econômico na agricultura familiar: diferentes retratos do produtor rural brasileiro. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 17, n. 1, 2019.

SILVA, S. P.; CIRÍACO, J. S. O Programa Agroamigo em municípios de Minas Gerais: incidência territorial e efeitos sobre agregados econômicos. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 54, suplemento especial, p. 253-273, jul. 2023.

SOARES, F. I. L. *et al.* Mercados institucionais e agricultura familiar: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na região do Baixo Amazonas. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 53, n. 4, p. 173-185, out./dez. 2022.

SOUSA, C. M. R. **Desenvolvimento do Nordeste brasileiro**: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) como política pública indutora para redução da pobreza. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Christus, Fortaleza, 2019.

SOUZA, P. M. *et al.* Diferenças regionais de tecnologia na agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 594-617, 2019.

TENCHINI, F. P.; FREITAS, C. O. Agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro: desenvolvimento regional sustentável e sua relação com o crédito via Pronaf. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.266755>.

TROIAN, A. *et al.* Desempenho dos municípios do Rio Grande do Sul na execução dos recursos do PNAE com a agricultura familiar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.204558>.

VENTURA, A. C.; GARCIA, L. F.; ANDRADE, J. C. S. O potencial das tecnologias sociais de convivência com o Semiárido para a geração de sinergia entre mitigação e adaptação às mudanças climáticas: um caso ilustrativo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 50, n. 1, p. 65-83, jan./mar. 2019.

VERANO, T. C.; FIGUEIREDO, R. S.; MEDINA, G. S. Agricultores familiares em canais curtos de comercialização: uma análise quantitativa das feiras municipais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 3, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.228830>.

TEXTO para DISCUSSÃO

XAVIER, L. M.; PENHA, T. A. M. A trajetória recente do financiamento agropecuário nacional. **Revista de Política Agrícola**, ano XXIX, n. 3, jul./ago./set. 2020.

ZAMBERLAN, C. O.; CAVALCANTI, K. Agricultura familiar: sua relevância para o Brasil, o estado de Mato Grosso do Sul e o município de Ponta Porã. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 26, n. 3, jul./set. 2019.

ZELLER, M.; SCHIESARI, C. The unequal allocation of PRONAF resources: which factors determine the intensity of the program across Brazil? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.207126>.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Revisão

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Crislayne Andrade de Araújo

Elaine Oliveira Couto

Luciana Bastos Dias

Vivian Barros Volotão Santos

Luíza Cardoso Mendes Velasco (estagiária)

Editores

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Camila Guimarães Simas

Leonardo Simão Lago Alvite

Mayara Barros da Mota

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Acesse nossas publicações



Acompanhe nossas redes sociais



Composto em roboto regular 10/12 (texto)
Roboto regular, bold, black 12/14 (títulos)
Roboto regular 10 (gráficos e tabelas)
Rio de Janeiro-RJ

Missão do Ipea
Qualificar a tomada de decisão do Estado e o debate público.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

